



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes*

TJPE

Fls. 14  
1

245

2ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO 199990-4/01

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES  
EMBARGANTE: PECÚLIO UNIÃO PREVIDÊNCIA PRIVADA  
EMBARGADO: JURACY ALVES DE LUNA

EMENTA: PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO. OMISSÃO CONFIGURADA. ART. 535, II, DO CPC. NECESSIDADE DE REFORMA DO JULGADO. O TERMO INICIAL PARA INCIDÊNCIA DE CORREÇÃO MONETÁRIA DE CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS FLUI A PARTIR DA DATA DA SUA RESPECTIVA FIXAÇÃO. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 362, DO C. STJ. EMBARGOS ACOLHIDOS.

- Acórdão embargado omissivo, sem análise expressa acerca da insurgência quanto ao termo inicial de incidência de correção monetária em danos morais;
- Necessidade de declaração de que o termo inicial é a data da fixação dos danos, de acordo com o teor da Súmula 362, do C. STJ;
- Recurso conhecido e acolhido, com efeitos infringentes, para para, reconhecendo a omissão existente no acórdão embargado, estabelecer como termo inicial da correção monetária a data de fixação dos danos morais.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima nominadas, **ACORDAM** os Senhores Desembargadores integrantes deste órgão fracionário em **CONHECER E ACOLHER OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**, de conformidade com o Termo de Julgamento e o voto do Relator, que devidamente revisto e rubricado, passa a integrar o presente julgado.

Recife,

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes  
Relator

*Am*

*Olinda  
2706*



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes*

TJPE

Fls. 15  
1

246

2ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO 199990-4/01

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES  
EMBARGANTE: PECÚLIO UNIÃO PREVIDÊNCIA PRIVADA  
EMBARGADO: JURACY ALVES DE LUNA

R E L A T Ó R I O

Trata-se de Embargos Declaratórios opostos contra aresto proferido por esta C. Câmara, o qual, à unanimidade de votos, deu provimento parcial à Apelação apensa (fls. 359), para "reduzir o montante indenizatório fixado na sentença, por afigurar-se excessivo e em desacordo com os princípios da proporcionalidade e razoabilidade", estabelecendo-se a quantia de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

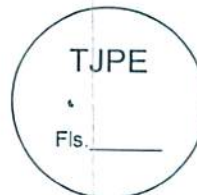
Nos presentes aclaratórios (fls. 02/04), o Embargante alega existir omissão na fundamentação utilizada, porquanto: *i)* não houve manifestação "acerca da data início que deverá ser corrigido o quantum arbitrado a título de danos morais" (fls. 02); e *ii)* teria sido desconsiderada a Súmula 362, do C. Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual "A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento".

Assim, requer seja sanada a omissão apontada, reformando-se o Acórdão de modo a apontar a data de início da correção monetária como sendo a de fixação dos danos morais.

1 *sm*



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes*



247

É o relatório, no essencial. Dispensado de inclusão em pauta nos termos do art. 85, "d", do RITJPE.

De oportuno, ressalto que a Diretoria Cível deverá efetuar as publicações em nome dos Advogados HOMERO BELLINI JÚNIOR (OAB/RS 24.304) e SÉRGIO MARQUES BRUSCKY (OAB/PE 23.704), conforme requerido através de petição (fls. 377/379).

Recife,

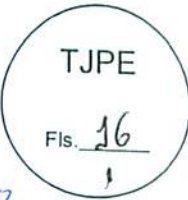
Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Relator





Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes*



248

2ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO 199990-4/01

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES  
EMBARGANTE: PECÚLIO UNIÃO PREVIDÊNCIA PRIVADA  
EMBARGADO: JURACY ALVES DE LUNA

V O T O

De fato, analisando o voto de minha lavra, observo não ter constado expressa menção ao termo inicial da correção monetária, porquanto apenas declarei o provimento parcial do apelo para "reduzir o montante indenizatório para R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), mantendo, no mais, incólume a sentença" (fls. 361) (g.n.).

Acontece, porém, que a sentença vergastada, no tocante ao objeto de insurgência do Embargante, qual seja, a fixação do termo inicial para incidência de correção monetária, assim decidiu, verbis:

.....

*"...Esclareço que os valores deverão ser corrigidos com base na tabela do ENCOGE, a contar da data da propositura da ação, fixando os juros moratórios em 1%(hum por cento) ao mês(art. 406 do Código Civil), a contar da citação.  
..." (fls. 322) (g.n.).*

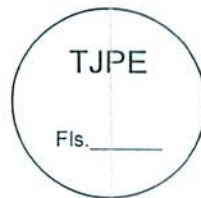
.....

Nesse sentir, considerando que o Acórdão não se pronunciou de modo específico quanto à insurgência do Embargante e, considerando, ainda, os termos da Súmula 362, do C. Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual **"A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento"** (g.n.), tenho que assiste razão ao Embargante.

18m



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido F. F. Saraiva de Moraes



249

De oportuno, trago à colação julgados também oriundos do C. STJ, os quais influenciaram na edição da Súmula 362 e são reflexo da sua edição, verbis:

.....

*Civil. Embargos de declaração no recurso especial. Correção monetária. Juros moratórios. Termo inicial.*

- O termo inicial de incidência da correção monetária é a data do arbitramento da compensação por danos morais.

- Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso nas hipóteses de responsabilidade extracontratual.

*Embargos de declaração no recurso especial acolhidos com efeitos aclaratórios.*

(EDcl no REsp 1054856/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/02/2010, DJe 12/02/2010)

.....

*CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. ACIDENTE AÉREO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. FALECIMENTO DO COMPANHEIRO. DANO MORAL. REDUÇÃO. ADEQUAÇÃO AO PATAMAR ADMITIDO PELO STJ. DANO MATERIAL. 13º SALÁRIO. JULGAMENTO EXTRA PETITA. IMPOSSIBILIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA. SÚMULA N. 362-STJ. JUROS MORATÓRIOS. RELAÇÃO CONTRATUAL. TERMO A QUO. CITAÇÃO.*

*I. Ao reconhecer que a autora faz jus ao ressarcimento pelos danos morais advindos da morte do companheiro em acidente aéreo, pode o STJ intervir para estabelecer o valor do ressarcimento em harmonia com a jurisprudência turmária comumente aplicada em caso de óbito, questão que não guarda liame com a análise do conteúdo fático da causa.*

*II. Ainda que a relação jurídica em discussão tenha índole consumerista, é vedado ao órgão julgador incidir em julgamento extra petita para conceder parcela não pleiteada na inicial. Matéria pacificada.*

*III. "A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento" (Súmula n. 362-STJ).*

*IV. Tratando-se de responsabilidade contratual, os juros de mora fluem a partir da citação.*

*V. Agravo regimental improvido.*

(AgRg no Ag 922.390/SP, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 27/10/2009, DJe 07/12/2009).

.....



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes*

TJPE

Fls. 17

250

Isto posto, **CONHEÇO E ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**, com efeitos infringentes, para, reconhecendo a omissão existente no acórdão embargado, estabelecer como termo inicial da correção monetária a data de fixação dos danos morais.

É como voto.

Recife,

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator

CSM